



## **PARECER 69/2025 – CFO**

Da Comissão de Finanças e Orçamento sobre o Projeto de Lei nº **2.746/2025**, de iniciativa do Excelentíssimo Prefeito **Luiz Gustavo Botogowski**, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2026/2029.”

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei nº 2746/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Araucária para o quadriênio de 2026 a 2029.

Em sua justificativa, o Excelentíssimo Prefeito registra: “Em atenção ao que prevê a Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e a Lei Orgânica do Município de Araucária, submetemos à apreciação desta Câmara Municipal o Projeto de Lei do Plano Plurianual e seus anexos para o quadriênio de 2026 a 2029.”

O referido Projeto de Lei estabelece a aplicação dos recursos municipais para o período, observando os critérios constitucionais referentes à Educação, Saúde e demais áreas de atuação do Município.

A Comissão de Finanças e Orçamento, em parecer preliminar datado de 05 de agosto de 2025, abriu prazo para apresentação de emendas. Em 21 de agosto, foi encaminhado pedido de informação ao Jurídico da Câmara Municipal, o qual respondeu por meio de despacho em 26 de agosto, data em que também se encerrou o prazo para recebimento das emendas.

Conforme o Memorando nº 60/2025 das Comissões Técnicas, foram apresentadas 11 emendas, de autoria dos Vereadores Celso Nicácio da Silva, Gilmar Lisboa e Fábio Pedroso.

Segundo os proponentes, as emendas se fazem necessárias para promover a realocação de recursos previstos no Plano Plurianual do quadriênio 2026–2029, de modo a atender demandas específicas das Secretarias Municipais envolvidas, considerando que os recursos originalmente destinados mostram-se insuficientes.

É o relatório.





## II– ANÁLISE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Nos termos do inciso II, alíneas “a” e “b”, do art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, compete à Comissão de Finanças e Orçamento analisar matérias de natureza tributária, bem como aquelas que alterem direta ou indiretamente a receita ou a despesa do Município, como é o caso do presente projeto:

“Art. 52. Compete [...]

II - à Comissão de Finanças e Orçamento, os aspectos econômicos e financeiros, e especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras que direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal;”

Ademais, a Lei Orgânica do Município de Araucária dispõe em seu art. 5º, XI, sobre a competência do Município em elaborar o orçamento anual, bem como em seu art. 56, XXXV, prevê que compete ao Prefeito enviar à Câmara o Projeto de Lei que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para apreciação:

“Art. 5º Compete ao Município:

(...)

XI – elaborar o Orçamento Anual, estimando a receita e fixando a despesa, o Plano Plurianual e as Diretrizes Orçamentárias;

Art. 56. Ao Prefeito compete:

(...)

XXXV – enviar à Câmara Municipal o Plano Plurianual, o Projeto de Diretrizes Orçamentárias e as Propostas de Orçamento previstas nesta Lei;

Também se observa, nos termos do art. 40, §1º, b, da Lei Orgânica Municipal, que a iniciativa para projetos dessa natureza é de competência privativa do Prefeito:

“Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:





b) do Prefeito;”

No exame material, verificamos que as emendas indicam realocação de dotações dentro da estrutura programática do PPA 2026/2029, com identificação de programas/ações e, em geral, com justificativas voltadas à ampliação de oferta de serviços públicos e investimentos nas respectivas áreas finalísticas.

### III – ANÁLISE DA RETIFICAÇÃO PROPOSTA.

O Poder Executivo protocolou junto à Câmara Municipal o Ofício nº 4317/2025, por meio do qual encaminhou retificação ao Plano Plurianual (PPA). O qual foi recebido em plenário no dia 13 de agosto de 2025, bem como realizada a juntada dos documentos ao processo legislativo nº. 108314/2025.

A retificação ao PPA foi anexada ao processo legislativo correspondente, o que gerou questionamentos da relatoria do projeto que solicitou manifestação do Departamento Jurídico da Câmara Municipal, que despachou a respeito:

Trâmite	
Tramitado em: 26/08/2025 15:02:55	Observação: Considerando os questionamentos feitos pelo Relator do Projeto de Lei em comento, esta Diretoria Jurídica responde nos termos abaixo:
Origem: Centro de Custo: CMA - DIRETORIA JURÍDICA Usuário: MILTON CESAR TOMBA DA ROCHA Destino: Centro de Custo: CMA - GABINETE CELSO NICÁCIO	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Considerando tratar-se alterações de erros materiais nas tabelas que acompanham o projeto em discussão, mas que não alteram a essência deste, admite-se a retificação sem necessidade de apresentação de emendas. Além disso, no processo legislativo referente às leis orçamentárias, as emendas a serem apresentadas possuem conteúdo restrito, sendo que os erros materiais não poderiam ser por elas realizados.</li><li>2. Conforme premissa acima exposta, não houve alteração substancial no projeto do PPA, mas tão só nas tabelas, as quais, embora modificadas, não alteram a essência do projeto, de forma que mantida a validade da audiência pública anteriormente realizada;</li><li>3. Conforme acima exposto, não houve alteração no projeto do PPA, mas tão só nas tabelas, as quais, embora modificadas, não alteram a essência do projeto, de forma que os prazos devem ser mantidos, bem como as emendas apresentadas. De todo modo, Na prática, pode-se receber o documento retificado do Executivo como "emenda substitutiva", sem a necessidade de reabrir todo o prazo legal.</li><li>4. Uma vez que não se trata de prazo preclusivo, eventual descumprimento, embora não desejável, não traz maiores consequências, de forma que o projeto de Lei em discussão deve manter sua tramitação normal. Inclusive, o fato de ter havido retificação não altera automaticamente os prazos previstos na Lei Orgânica do Município. Assim, para a Câmara Municipal, o prazo permanece o mesmo para que esta devolva o projeto ao Poder Executivo (art. 130, II).</li><li>5. Conforme acima exposto, não houve alteração no projeto do PPA, mas tão só nas tabelas, as quais, embora modificadas, não alteram a essência do projeto, de forma que eventual análise já realizada pode ser retificada ou ratificada considerando as alterações das tabelas. Cabe ressaltar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, por força normativa da Constituição Federal e da Lei Orgânica municipal, deverá sempre ser compatível com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual.</li></ol>

De forma divergente ao posicionamento da Procuradoria, esta Comissão entende que, mesmo encerrado o prazo de apresentação do PPA e iniciado o processo legislativo em tramitação na Câmara, é possível a realização de alterações no projeto, conforme prevê a Lei Orgânica do Município de Araucária:





“Art. 132. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de seu Regimento Interno.

(...)

**§ 5º O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão de Finanças e Orçamento, da parte cuja alteração é proposta.”**

Posto isto, o Executivo pode propor modificações ao projeto de lei do Plano Plurianual, desde que sejam sugestões e os mesmos sigam o devido processo legislativo, e não de forma impositiva como ocorreu.

Com isso, importa destacar que as alterações admitidas durante a tramitação legislativa se processam por meio de emendas, nos termos da legislação aplicável, não havendo previsão legal para retificação “impositiva” de projeto de lei, após, o prazo estabelecido pelo Art. 130, I da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA/PR.

Assim as proposições previstas em Lei para modificar projeto de lei, são emendas, nos termos do que dispõe o Regimento Interno da Câmara de Araucária:

“Art. 101. Toda matéria sujeita à apreciação da Câmara, de suas Comissões, da Mesa e da Presidência, toma forma de proposição que comporta as seguintes espécies:

I - Projetos, contendo iniciativa de Emenda à Lei Orgânica, de Lei Complementar, de Lei Ordinária, de Decreto Legislativo ou de Resolução;

**II – Emendas;**

III - Requerimentos;

IV - Indicações;

V - Moções.”

Ainda, ao contrário do que justificou a Prefeitura de Araucária e sustentou as Procuradorias, a retificação apresentada pelo Executivo não se trata de mera correção formal, **mas de alterações substanciais ao projeto, uma vez que modifica tabelas que estabelecem diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para os quatro anos subsequentes.**





Sobre o tema, a Lei Orgânica do Município de Araucária dispõe:

“Art. 129 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o Plano Plurianual;

(...)

§ 1º A Lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, **as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.**”

Com isso, a retificação de forma impositiva conforme apresentada, não pode ser recebida como Emenda Substitutiva, conforme afirmou o departamento jurídico da Câmara, tendo em vista que é de competência parlamentar a iniciativa de emendas, sejam elas substitutivas, aditivas, modificativas e/ou supressivas.

“(Regimento Interno)

## **SEÇÃO II**

### **DAS EMENDAS**

Art. 114. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser:

I - supressiva, a que manda erradicar qualquer parte da principal;

II - substitutiva, a que é apresentada como sucedânea de outra, em parte ou no todo,

neste último caso denominando-se substitutivo geral;

III - aditiva, a que acrescenta novas disposições à principal;

IV - modificativa, a que altera a proposição original sem modificá-la substancialmente.”

Parágrafo único. Denomina-se sub-emenda a emenda apresentada à outra.

Art. 115. As emendas poderão ser apresentadas até o início da Sessão em cuja Ordem do Dia figurar a proposição principal.

§ 1º No primeiro turno de discussão e votação, cabem emendas apresentadas por Vereador ou por Comissão.

§ 2º No segundo turno de discussão e votação, somente caberão emendas supressivas ou aditivas subscritas por 1/3 (um terço) ou mais dos Vereadores.”





E ainda que a emenda visando a retificação do Plano Plurianual seja proposto por parlamentar, estas possuem conteúdo restrito, não comportando todas as alterações pretendidas por meio da retificação, conforme segue:

“Art. 132. (...)

**§ 8º As emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.**

Ainda, cabe ressaltar que, em 10 de julho de 2025, o Executivo realizou Audiência Pública para apresentação do projeto de PPA originalmente protocolado (Ofício nº 3937/2025), sem as alterações contidas na retificação. Tal circunstância afronta o princípio da transparência e da participação popular, que deve ser assegurado por meio de audiência pública, nos termos do parágrafo único do art. 130 da Lei Orgânica do Município de Araucária.

Desse modo, verifica-se que a retificação apresentada pelo Executivo de forma irregular, no dia 13 de agosto por meio do ofício nº: 4317/2025, foi anexada indevidamente ao presente processo, pois, não observou o devido processo legislativo, tampouco a legislação aplicável, em especial o Regimento Interno da Câmara de Araucária, conforme fundamentação supra.

Sendo assim, sua aceitação nos termos pretendido, viola o prazo disposto no art. 130, I da LOMA, qual seja que o Executivo tem até o dia 15 de Junho para apresentar o PPA junto ao Legislativo, bem como altera todo o processo legislativo e prazos que devem ser observados (prazo análise comissão, emendas, deliberação e votação).

Diante de todo o exposto, indicamos a necessidade de desconsiderar o ofício nº: 4317/2025, para a regularidade do presente processo legislativo que avalia o Plano Plurianual do Município de Araucária. Sendo objeto de análise pela Câmara, apenas, o projeto inicialmente apresentado por meio do ofício nº: 3937/2025.

#### **IV– ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS.**





As presentes emendas têm por objetivo a realocação de recursos previstos no Plano Plurianual para o quadriênio de 2026 a 2029. Os ajustes realizados mostram-se necessários para priorizar o desenvolvimento do Município e fortalecer políticas públicas essenciais, ampliando a capacidade de resposta às demandas sociais, econômicas e culturais. Ressalta-se que os recursos atualmente destinados às Secretarias são insuficientes para a plena execução das ações previstas.

### **Emendas apresentadas:**

- **Emenda 01/2025 (Vereador Celso Nicácio)** – Destina recursos à Secretaria Municipal de Saúde, para viabilizar a implementação do Projeto de Lei nº 67/2025, que dispõe sobre medidas de inclusão e acolhimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambientes hospitalares.  
**Órgão de destino: Secretária de Saúde, Ação: 2068 – R\$ 200.000,00 (anuais 2026 a 2029).**  
**Anulação: Secretaria Municipal de Ciência, Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico – Ação 2151**
- **Emenda 02/2025 (Vereador Celso Nicácio)** – Realoca recursos para a Secretaria Municipal de Saúde, visando melhorias emergenciais na Unidade Básica de Saúde do Tupy, que atualmente funciona em instalações provisórias e precárias, devido à paralisação das obras da unidade originária. O recurso busca minimizar os impactos negativos dessa situação.  
**Órgão de destino: Secretária de Saúde, Ação: 1008 – R\$ 1.000.000,00 (anuais 2026 a 2029).**  
**Anulação: Secretaria Municipal de Ciência, Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico – Ação 2151**
- **Emenda 03/2025 (Vereador Celso Nicácio)** – Realoca recursos para garantir a execução do Projeto de Lei Ordinária nº 274/2025, que prevê o fornecimento de merenda escolar no período de férias e recesso aos alunos em situação de vulnerabilidade social matriculados na rede municipal. A iniciativa assegura a continuidade do direito à alimentação saudável, promovendo dignidade e redução das desigualdades.  
**Órgão de destino: Secretaria de Educação, Ação: 2047 – R\$ 200.000,00 (anuais 2026 a 2029).**  
**Anulação: Secretaria Municipal de Ciência, Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico – Ação 2151**
- **Emenda 04/2025 (Vereador Celso Nicácio)** – Destina recursos ao Programa Caçamba Social, instituído pela Lei Ordinária nº 3.830/2022, assegurando sua continuidade e ampliação. O programa contribui para a limpeza urbana, a saúde pública e o engajamento comunitário na preservação ambiental.  
**Órgão de destino: Secretaria de Meio Ambiente, Ação: 2111– R\$ 200.000,00 (anuais 2026 a 2029).**







**Anulação: Secretaria Municipal de Ciência, Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico – Ação 2151**

- **Emenda 05/2025 (Vereador Celso Nicácio)** – Destina recursos ao Programa Cine Social, criado pela Lei nº 4.540/2025, que promove exhibições gratuitas de filmes e documentários em espaços públicos, ampliando o acesso à cultura e incentivando a integração comunitária.  
**Órgão de destino: Secretaria de Cultura, Ação: 2127 – R\$ 100.000,00 (anuais 2026 a 2029).**  
**Anulação: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – Ação 2090**
- **Emenda 06/2025 – (Vereador Gilmar Lisboa)**

Justificativas:

1. Programa Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente Ação 6001: Manter, Implantar e Implementar Projetos e Serviços voltados à Criança e ao Adolescente. Justificativa: O fortalecimento das políticas de proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes é fundamental para garantir o desenvolvimento integral desse público, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O transporte de recursos para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMDCA) viabiliza projetos que previnem situações de vulnerabilidade, promovendo oportunidades de inclusão social e escolar.
2. Programa Municipal de Esporte e Lazer - Ação 2140: Realizar convênios ou parcerias com entidades esportivas. - Ação 2143: Manter e ampliar o programa Bolsa Atleta. Justificativa: Investir em esporte e lazer é investir na saúde, na cidadania e no combate à violência. Os recursos serão destinados à formação de parcerias para promoção de eventos, campeonatos e projetos que incentivem a prática esportiva. O Bolsa Atleta, por sua vez, visa apoiar talentos locais, promovendo inclusão, valores e autoestima.
3. Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. - Ação 2108: Manter, Implantar e Implementar Projetos e Serviços específicos ao Combate à Fome. Justificativa: O combate à fome e à insegurança alimentar é uma prioridade para o desenvolvimento sustentável local. Por meio desta ação, o município poderá aprimorar programas de distribuição de alimentos e garantir assistência às famílias em situação de vulnerabilidade social, promovendo dignidade e fortalecimento do tecido social.
4. Programa Municipal de Cultura - Ações 2126, 2131, 2130: Manter e ampliar o Bolsa Cultura, manter o Fundo Municipal de Cultura e fomentar projetos e agentes culturais. Justificativa: Investir em cultura é investir na identidade do município e não tem potencial transformador das expressões artísticas e culturais. Os incentivos ao setor fomentam geração de trabalho, renda, turismo e pertencimento social. O fortalecimento do Fundo Municipal de Cultura e da Bolsa Cultura permite o desenvolvimento de projetos inovadores e o reconhecimento de talentos locais.
5. Programa Municipal de Agricultura e Abastecimento - Ação 2084: Desenvolver ações e adquirir insumos para incentivo ao produtor rural. Justificativa: O apoio ao produtor rural é indispensável para promover o desenvolvimento econômico, garantir o abastecimento alimentar e fortalecer a agricultura familiar, com base







na economia do município. Os recursos visam subsidiar insumos, capacitação técnica e ações de incentivo à produção sustentável.

6. Programa Municipal de Segurança Pública - Ação 2178: Custear despesas com o Projeto Guarda Mirim. Justificativa: O Projeto Guarda Mirim tem papel fundamental na formação cidadã de jovens, oferecendo capacitação e oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. O incentivo a programas de integração social na área de segurança pública contribui para a prevenção da criminalidade e fortalecimento da responsabilidade social.

7. Programa Municipal de Gestão Ambiental - Ação 2120: Garantir os direitos dos animais e gerenciamento da proteção animal. Justificativa: A proteção animal é uma questão de saúde pública e de respeito aos direitos dos seres vivos. O fortalecimento desta ação permitirá ampliar campanhas de conscientização, controle populacional e apoiar ações voltadas ao bem-estar animal.

**Órgãos de destino: Assistência Social – R\$ 3.000.000,00 / Esporte – R\$ 300.000,00 / Cultura – R\$ 500.000,00 / Agricultura – R\$ 500.000,00 / Segurança – R\$ 100.000,00 / Meio Ambiente – R\$ 200.000,00**

**Anulação: Reserva para Contingências e Riscos Fiscais. Ação: 9999**

- **Emenda 07/2025** – Reforça os recursos do Programa Bolsa Atleta (Lei Municipal nº 1.626/2006), visando ampliar o apoio financeiro a atletas do município.  
**Órgão de destino: Secretaria do Esporte, Ação: 2143 – R\$ 100.000,00 (anuais 2026 a 2029).**  
**Anulação: Procuradoria Geral do Município – Ação 2014**
- **Emenda 08/2025 (Vereador Celso Nicácio)** – Destina recursos à Cohab para fortalecer ações habitacionais, em conformidade com o direito à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal.  
**Órgão de destino: Cohab, Ação: 1028 – R\$ 1.000.000,00 (anuais 2026 a 2029).**  
**Anulação: Reserva para Contingências e Riscos Fiscais – Ação 9999**
- **Emenda 09/2025 (Vereador Celso Nicácio)** – Apoia a implementação do Programa Rota do Conhecimento (Projeto de Lei nº 126/2025), ampliando o acesso à leitura e incentivando a inclusão cultural.  
**Órgão de destino: Secretaria de Cultura, Ação: 2127 – R\$ 100.000,00 (anuais 2026 a 2029).**  
**Anulação: Procuradoria Geral do Município – Ação 2014**
- **Emenda 10/2025 (Vereador Celso Nicácio)** – Institui e fortalece o Sistema Municipal de Saúde Animal de Araucária (SMSA), assegurando atendimento veterinário gratuito, prevenindo zoonoses e promovendo o bem-estar animal.  
**Órgão de destino: Meio Ambiente, Ação: 2120 – R\$ 300.000,00 (anuais 2026 a 2029).**  
**Anulação: Secretaria Municipal de Governo – Ação 2007**





- **Emenda 11/2025 (Vereador Fábio Pedroso)** – A presente emenda tem por finalidade ampliar os recursos originalmente previstos no Plano Plurianual 2026/2029, reforçando ações de incentivo ao esporte e à formação de atletas em Araucária, de forma a garantir maior alcance social e efetividade das políticas públicas municipais.

No PPA encaminhado pelo Executivo, a Ação 2143 – Manter e Ampliar o Programa Bolsa Atleta possuía dotação de R\$ 200.000,00 por exercício. Com esta emenda, o valor destinado passa a R\$ 500.000,00 anuais, representando um acréscimo de R\$ 300.000,00 a cada ano do quadriênio.

Já a Ação 6006 – Manter e Ampliar o Programa Bolsa Atleta – ECA/FMDCA contava com previsão inicial de R\$ 300.000,00 anuais. Pela presente proposta, a dotação é elevada para R\$ 1.000.000,00 por exercício, significando um reforço de R\$ 700.000,00 a cada ano do período.

Somados, os dois acréscimos perfazem R\$ 1.000.000,00 anuais, ou seja, R\$ 4.000.000,00 adicionais no quadriênio, que serão obtidos mediante anulação parcial da Reserva de Contingência (Programa 9999, Ação 9999 – Administrar Recursos da Reserva de Contingência). Considerando que a referida Reserva ultrapassa R\$ 1,13 bilhão no período, a realocação de apenas R\$ 4 milhões corresponde a 0,35% de sua dotação total, sem comprometer sua finalidade fiscal.

**Órgão de destino: Secretária do Esporte, Ação 2143 – R\$ 1.000.000,00 (anuais 2026 a 2029).**

**Anulação: Reserva para Contingências e Riscos Fiscais. Ação: 9999**

Foram apresentadas três emendas que direcionam recursos especificamente para o fortalecimento do **Programa Bolsa Atleta**, conforme segue:

- **Emenda 06/2025** do Vereador Gilmar Carlos Lisboa – Prevê recursos no valor de **R\$ 300.000,00**, destinados ao Programa Municipal de Esporte e Lazer, contemplando a manutenção e ampliação do **Bolsa Atleta**, com vistas a apoiar talentos locais e incentivar o desenvolvimento esportivo.
- **Emenda 07/2025** do Vereador Celso Nicácio da Silva – Destina o montante de **R\$ 100.000,00** diretamente ao **Programa Bolsa Atleta**, instituído pela Lei Municipal nº 1.626/2006, assegurando condições financeiras para o incentivo ao esporte e a valorização dos atletas do município.
- **Emenda 11/2025** do Vereador Fábio Rodrigo Pedroso – Amplia de forma significativa os recursos para o **Programa Bolsa Atleta**, estabelecendo um aporte adicional de **R\$ 1.000.000,00** nesta Lei Orçamentária Anual, reforçando as ações de incentivo ao esporte e à formação de atletas.

O conjunto das Emendas nº 06, 07 e 11 destina ao **Programa Bolsa Atleta** o valor total de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), medida que demonstra o





compromisso do Legislativo com a valorização esportiva e o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao esporte no Município de Araucária.

Dessa forma, verifica-se que as Emendas apresentadas e o Projeto em análise encontram-se em conformidade com os aspectos legais, econômicos e financeiros exigidos, bem como com os limites estabelecidos no artigo 132, § 8º da Lei Orgânica do Município de Araucária, que dispõe:

“Art. 132. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma de seu Regimento Interno.

**§ 8º As emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.”**

Assim, não há impedimento para a regular tramitação das emendas propostas, devendo estas ser deliberadas em plenário.

## V – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que compete à Comissão de Finanças e Orçamento, e atendendo o disposto no item III do presente, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 2746/2025, Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido a deliberação plenária para apreciação, nos termos do Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da Comissão, bem como, solicitamos que o mesmo seja lido em plenário para conhecimento dos demais edis.

É o parecer.



**CELSONICACIO DA SILVA**

04/09/2025 15:25:35

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**ARAUCÁRIA**  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

Câmara Municipal de Araucária, 04 de Setembro de 2025.





**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**

**VOTAÇÃO DE PARECER**

Na reunião realizada no dia 12 de setembro de 2025 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores Leandro Andrade Preto e Olizandro José Ferreira Júnior, membros da Comissão de Finanças e Orçamento, votaram favoráveis ao Parecer nº 69/2025-CFO, referente ao Projeto de Lei nº 2746/2025.

Araucária, 12 de setembro de 2025.



**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA  
JÚNIOR**

12/09/2025 10:56:15

CÂMARA MUNICIPAL DE  
ARAUCÁRIA  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.



**CELSONICACIO DA SILVA**

12/09/2025 11:05:12

CÂMARA MUNICIPAL DE  
ARAUCÁRIA  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.





**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIPROLE**  
**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS**

**VOTAÇÃO DE PARECER**

Na reunião realizada no dia 12 de setembro de 2025 na Sala do Diprole da Câmara Municipal de Araucária, os Vereadores Leandro Andrade Preto e Olizandro José Ferreira Júnior, membros da Comissão de Finanças e Orçamento, votaram favoráveis ao Parecer nº 69/2025-CFO, referente ao Projeto de Lei nº 2746/2025.

Araucária, 12 de setembro de 2025.



**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR**

12/09/2025 10:56:15

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**ARAUCÁRIA**  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.



**CELSONICACIO DA SILVA**

12/09/2025 11:05:12

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**ARAUCÁRIA**  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.



**LEANDRO ANDRADE PRETO**

12/09/2025 11:27:48

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**ARAUCÁRIA**  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

